



RESULTADOS ANO SAFRA

2011 - 2012

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O exercício encerrado em 31 de março de 2012 ("Ano Safra") foi um ano particularmente difícil para o setor sucroenergético brasileiro, afetado por diversos fatores conjunturais que prejudicaram a produtividade e a rentabilidade, entre eles a quebra da safra motivada por alterações climáticas. A Copersucar, no entanto, conseguiu manter a sua rota de crescimento, com um desempenho comercial e financeiro positivo, o que reforça o acerto de seu modelo de negócio e de gestão.

A par das dificuldades conjunturais, a Copersucar considera importante reafirmar não só o seu compromisso com o desenvolvimento sustentável da Empresa e do setor sucroenergético brasileiro, mas também a sua convicção de que a indústria da cana-de-açúcar aproxima-se de novo ciclo virtuoso, com a geração de valor para toda a cadeia produtiva e relevantes ganhos ambientais e sociais.

As razões para este otimismo residem na qualidade dos resultados apresentados pela própria Copersucar, bem como na análise do cenário futuro que se apresenta, fundamentado em um robusto programa de investimentos e de recuperação da competitividade, com a superação de fatores conjunturais adversos.

Acreditamos no espírito expansionista e empreendedor que guia o setor sucroenergético no Brasil. Somos o país com melhor capacidade produtiva e margem de expansão, detentor de recursos naturais e amplo conhecimento da tecnologia, o que nos dá condições para otimizar ainda mais a exploração da cana-de-açúcar como fonte de alimento e energia limpa e renovável para o planeta. Premissa para qualquer expansão, a demanda tanto por açúcar quanto por etanol tem crescimento contínuo. Não bastassem os benefícios ambientais da utilização do etanol, a cultura da cana-de-açúcar ainda conta com grande potencial de expansão de sua produtividade, não só a partir de ganhos nos processos agrícola, industrial e logístico, mas, sobretudo, com a introdução de inovações tecnológicas disruptivas, como novas variedades da planta e a produção de etanol de segunda geração.

É nesse contexto que a Copersucar se apresenta como um "player" diferenciado no setor sucroenergético, pronta para responder aos desafios que presente e futuro trarão, com excelência operacional na integração logística da cadeia de valor, competitividade nos mercados e rentabilidade nos resultados, e sustentabilidade na harmonização dos pilares econômico, social e ambiental, que suportam os resultados presentes e as projeções futuras.

Apesar do último trimestre, aprimoramos nosso modelo de governança corporativa, com o fortalecimento dos instrumentos de gestão em consonância com as exigências da legislação pertinente às Sociedades Anônimas e as melhores práticas do mercado, tendo em vista a perspectiva de listagem da Companhia no Novo Mercado da BM&FBovespa. Diante das circunstâncias desfavoráveis do mercado financeiro global, precipitadas a partir de julho de 2011, o projeto de Oferta Pública de Ações da Companhia foi postergado, com a preservação dos avanços incorporados ao modelo de gestão. Algumas das principais mudanças foram a inserção de conselheiros independentes na composição do Conselho de Administração, a criação de comitês permanentes de apoio ao Conselho e o aperfeiçoamento dos sistemas de controles internos e de gestão de riscos.

1. PERFIL E ESTRATÉGIA DA COMPANHIA

A partir de sua constituição como empresa de capital, em 2008, a Copersucar intensificou a sua capacidade de integrar todos os elos da cadeia do setor sucroenergético, do produtor ao cliente final, viabilizando a oferta de produtos em larga escala e em âmbito global. Esse diferencial, único no mercado e de difícil replicação, está amparado na parceria entre a empresa e as 48 Usinas Produtoras Sócias e na capacidade logística da Companhia. Com capacidade de moagem de 115 milhões de toneladas de cana, as 48 Usinas Sócias têm contrato de fornecimento calvo de sua produção para a Copersucar, preservando a propriedade e autonomia gerencial de suas empresas. As facilidades logísticas, formadas por terminais coletores junto aos polos produtores, capacidade de armazenagem e transporte em larga escala e o Terminal Açucareiro no Porto de Santos (SP), viabilizam o acesso aos clientes em todos os continentes do mundo. Completa esse modelo a contratação de produção, tanto de açúcar quanto de etanol, junto a usinas originadas. No Ano Safra, a compra de produtos de usinas originadas respondeu por 22,4% do volume comercializado pela Companhia. A soma dessas capacidades permite à Copersucar caracterizar-se pela consolidação em larga escala da oferta, em contraposição à concentração da produção, e garante à Companhia a condição de maior comercializadora brasileira de açúcar e etanol integrada à produção, com participação de 22% na produção da região Centro-Sul do País na última safra, considerando o total de cana moída.

A convicção acerca da eficiência desse modelo, vis à vis os resultados obtidos nas últimas duas Safras, reforça a visão estabelecida pela Copersucar em seu plano estratégico, de alcançar 30% de participação na produção de cana do Centro-Sul brasileiro até 2015 e afirmar-se como líder mundial na comercialização de açúcar e etanol.

2. INVESTIMENTOS

O plano de investimentos da Copersucar prevê a inversão de R\$ 2 bilhões em projetos de infraestrutura logística até 2015, dos quais cerca de R\$ 300 milhões foram investidos na Safra 2011/2012. Os projetos compõem uma plataforma integrada, com o objetivo de dar maior eficiência às operações a partir da combinação de capacidades de armazenagem, recepção, transporte e embarque de produtos, sempre em larga escala. No produto açúcar, o sistema integra terminais multimodais instalados no interior do Estado (Ribeirão Preto e São José do Rio Preto), com vagões dedicados junto às operadoras das ferrovias (FCA e ALL, respectivamente), e o Terminal Açucareiro Copersucar, no Porto de Santos, cuja capacidade de expedição será duplicada, para 10 milhões de toneladas ano, a partir dos investimentos iniciados em 2011. Para o etanol, o principal investimento da Copersucar é a participação, com 20% do capital, da Lógm, empresa responsável pela construção do etanolúduo que ligará os principais polos produtores do biocombustível aos centros consumidores. Em paralelo, a Companhia já deu início às obras de construção do Terminal de Tançagem de Paulínia, que será integrado ao etanolúduo, com capacidade de armazenagem de 180 milhões de litros em sua primeira fase e início das operações previsto para 2014.

3. ANÁLISE SETORIAL

O Ano Safra encerrado em 31 de março de 2012 foi o terceiro período consecutivo de produção de cana-de-açúcar em volumes aquém da capacidade de processamento das Usinas, tendo como reflexo o aumento da ociosidade e a consequente pressão sobre os custos, com aperto generalizado das margens. De acordo com a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), entidade que congrega empresas do setor sucroenergético, a moagem da planta na região Centro-Sul (responsável por 88% da produção nacional) foi de 493,3 milhões de toneladas de cana no período, 11,4% abaixo do volume registrado no Ano Safra 2010/2011 (556,7 milhões de toneladas).

Na Safra 2011/2012, a produção de açúcar da safra atingiu 31,3 milhões de toneladas (queda de 6,5%) e 20,5 bilhões de litros de etanol (redução de 19,1%). Para o mercado externo, foram destinados 22,1 milhões de toneladas de açúcar e 1,85 bilhão de litros de etanol.

A perda de produtividade verificada no período recente é ainda reflexo da crise financeira global iniciada em 2008, que provocou forte retração dos investimentos e do crédito e reduziu significativamente o número de novos projetos de "greenfield" (novas unidades produtoras) e mesmo a renovação dos canais, esta só retomada em maior escala a partir do último ano. O quadro foi ainda agravado pela ocorrência de fenômenos climáticos, como geadas e estiagens, que ocasionaram drásticos reflexos nas lavouras ao longo do período.

Apesar dos fatores restritivos ainda existentes no cenário de curto prazo, acreditamos que as perspectivas no médio e longo prazos são promissoras, e a Copersucar está pronta para responder aos desafios do presente e manter o ritmo projetado de crescimento. Nossas projeções indicam que a demanda é crescente e sustentável, tanto para açúcar quanto para etanol, nos mercados interno e externo. Dispor de recursos naturais abundantes e a matéria-prima mais benéfica ao meio ambiente para produção de energia, que é a cana-de-açúcar. Não menos relevante, a competitividade da indústria brasileira tem potencial de significativa melhoria através de inovação tecnológica. Por todos esses fatores, temos convicção que o Brasil tem plenas condições de mais que dobrar o fornecimento de etanol para a frota brasileira na próxima década, ampliar a sua liderança no mercado mundial de açúcar e reduzir os custos de produção, com o uso intensivo de tecnologia e investimentos em logística.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em um Ano Safra caracterizado pelo acúmulo de fatores adversos, a Copersucar atingiu um desempenho significativamente superior à média do setor. A soma da moagem de cana-de-açúcar em suas Usinas Sócias e da produção originada em Usinas não sócias atingiu 109,3 milhões de toneladas, um crescimento de 13,1% em relação ao Ano Safra anterior, o que repercutiu favoravelmente nos volumes de produção e comercialização de açúcar. No segmento de etanol, a soma da produção das Usinas Sócias e originadas manteve-se praticamente em equilíbrio, comparativamente ao ano anterior.

AÇÚCAR

No Ano Safra, a Copersucar comercializou um total de 6,96 milhões de toneladas de açúcar, volume 11,1% superior ao realizado no período anterior. Desse total, 4,42 milhões de toneladas foram fornecidas pelas Usinas Produtoras Sócias, enquanto o volume restante, de 2,54 milhões de toneladas, foi adquirido de usinas produtoras não sócias (originadas).

As exportações de açúcar somaram 5,12 milhões de toneladas, com crescimento de 8,5% sobre o volume exportado no Ano Safra anterior. Assim como no período anterior, os principais mercados clientes foram países do Oriente Médio e da Ásia. As vendas para a América Latina, incluindo o Brasil, atingiram 1,83 milhão de toneladas, com crescimento de 19%, em função da expansão e fidelização da base de clientes.

ETANOL

Em um ano particularmente difícil para o abastecimento interno, em função da perda de competitividade do etanol e do contínuo aumento da demanda potencial com o crescimento da frota de veículos flexível, a Copersucar comercializou 3,68 bilhões de litros, sendo 47% de etanol anidro e 53% de etanol hidratado. Do total vendido, as Usinas Produtoras Sócias forneceram 3,34 bilhões de litros. As Usinas não sócias originaram 343 milhões de litros, incluído nesse total o volume de etanol importado.

SERVIÇOS

A prestação de serviços de elevação e logística para terceiros gerou uma receita de R\$ 82,8 milhões.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, A Administração da Copersucar S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias submete à apreciação dos Senhores e relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, no consolidado de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS) e individuais de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo CPC aplicáveis às suas operações, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, todos referentes ao exercício social findo em 31 de março de 2011. São Paulo, 23 de maio de 2012 **A Diretoria**

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais)					
Ativos	Consolidado		Controladora		Nota
	2012	2011	2012	2011	
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	373.580	439.889	58.723	195.602
Contas a receber de clientes	9	602.614	880.585	289.693	615.075
Dividendos a receber	25	-	21.074	52.068	22.157
Estoques	10	1.050.262	353.614	721.530	158.402
Impostos e contribuições a recuperar	11	283.001	78.044	281.671	76.549
Adiantamentos a fornecedores	12	54.673	57.166	4.482	18.885
Operações com bolsa de valores	13	52.527	117.085	672	-
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	23	40.008	207.446	19.271	-
Outras contas a receber		5.119	2.419	2.842	1.649
Total do ativo circulante		2.461.784	2.157.322	1.430.952	1.088.319
Ativo não circulante					
Ativo fiscal diferido	14	87.901	58.597	82.859	53.425
Depósitos judiciais	22	25.958	19.466	14.711	9.221
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	23	21.849	-	21.849	-
Operações de mútuo	25	1.099	-	25.246	1.358
Investimentos	15	64.801	23.769	624.689	431.206
Propriedade para investimento	16	-	-	21.400	16.043
Imobilizado	17	159.055	127.948	11.200	10.553
Intangível	18	11.417	3.763	11.417	3.763
Total do ativo não circulante		372.080	233.543	813.371	525.569
Total dos ativos		2.833.864	2.390.865	2.244.323	1.613.888
					As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais)					
Recursos	Consolidado		Controladora		Nota
	2012	2011	2012	2011	
Receita	28	11.226.836	8.275.344	4.239.732	3.677.336
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	23	(193.723)	157.956	(41.901)	(17.121)
Custo das vendas	32	(10.549.444)	(7.790.579)	(4.162.351)	(3.588.827)
Lucro bruto		483.669	642.721	77.381	88.509
Despesas vendas	32	(171.897)	(138.806)	(45.198)	(41.925)
Despesas administrativas	32	(58.352)	(55.141)	(50.813)	(48.578)
Outras receitas	29	5.482	4.941	1.040	728
Outras despesas	30	(6.986)	(49.289)	(2.057)	(3.079)
Resultado antes das financeiras líquidas		250.016	404.426	(16.647)	(4.344)
Despesa financeira	31	910.146	87.117	378.921	65.239
Financeiras líquidas	31	(1.106.237)	(128.005)	(509.685)	(71.060)
Resultado de equivalência patrimonial		(196.091)	(40.888)	(130.764)	(5.821)
Resultado antes dos impostos		(3.087)	(8.517)	202.087	362.995
Imposto de renda e contribuição social corrente	15	50.838	355.021	51.676	352.830
Imposto de renda e contribuição social diferido	33	7.087	(17.810)	8.975	(14.525)
Lucro líquido do exercício		44.627	18.275	41.901	17.181
Resultado atribuído aos acionistas controladores		102.552	355.486	102.552	355.486

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais)					
Fluxos	Consolidado		Controladora		Nota
	2012	2011	2012	2011	
Lucro líquido do exercício		102.552	355.486	102.552	355.486
Ajustado por:					
Resultado da equivalência patrimonial		3.087	8.517	(202.087)	(362.995)
Depreciação e amortização		12.091	11.148	1.989	1.262
Impostos diferidos		(44.627)	(18.275)	(41.901)	(17.181)
Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos		323.376	2.866	177.914	(5.962)
Valor líquido das baixas do ativo permanente		562	172	482	150
Aumento em provisão para contingências		6.071	5.951	5.453	4.896
Benefícios a empregados		9.012	38.307	9.012	36.544
Mudança no valor justo de instrumentos financeiros derivativos (Ganho)/perda participação em investimentos controladas		137.811	(127.435)	(72.281)	31.145
Provisão para impairment (Contas a receber)		(108)	2.184	(108)	2.184
Variações nos ativos e passivos		(207)	1.199	(207)	1.199
Diminuição/(aumento) de contas a receber de clientes		278.178	(463.152)	325.589	(382.967)
Diminuição/(aumento) em partes relacionadas		19.637	(6.497)	343.061	42.349
Aumento de estoques		(696.648)	(252.639)	(563.128)	(142.788)
Aumento em impostos a recuperar		(160.502)	(63.874)	(163.925)	(68.709)
Aumento em outros créditos		(2.700)	(1.020)	(1.193)	18.950
Diminuição/(aumento) em adiantamento a fornecedor		2.493	(38.614)	14.403	(9.784)
Diminuição/(aumento) em operações com bolsas de valores		64.558	(145.996)	(672)	-
Aumento em depósitos judiciais		(6.492)	(6.029)	(5.490)	(5.116)
Diminuição/(aumento) de fornecedores		(226.857)	41.942	138.910	(202.325)
Diminuição de obrigações sociais e trabalhistas		(1.659)	(3.774)	(1.694)	(2.074)
(Diminuição)/aumento de impostos e contribuições a recolher		(24.007)	17.029	(22.431)	18.950
Aumento em outras contas a pagar		19.964	3.903	10.647	(401)
Entradas com liquidação de derivativos		-	3.711	-	107
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos		(97.770)	(16.394)	(79.516)	(5.653)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(44.355)	(10.926)	(41.197)	(4.414)
Dividendos recebidos		-	-	1.082	3.119
Caixa líquido usado nas atividades operacionais		(326.640)	(662.010)	(64.736)	(713.666)
Aplicação de recursos em investimentos		(44.011)	(22.896)	(43.431)	(23.268)
Aplicação de recursos em propriedade para investimento		-	-	(5.620)	(7.177)
Aplicação de recursos em imobilizado		(42.976)	(13.846)	(2.071)	(4.870)
Aplicação de recursos no intangível		(8.438)	(4.008)	(8.438)	(4.011)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		(95.425)	(40.750)	(59.560)	(39.326)
Antecipação de dividendos		(236.777)	-	(236.777)	-
Empréstimos e financiamentos tomados		3.043.008	1.890.721	1.400.628	1.234.798
Pagamentos de empréstimos e financiamentos		(2.450.475)	(780.478)	(1.176.434)	(197.203)
Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades de financiamento		355.756	1.009.930	(12.583)	937.282
(Decréscimo)/acréscimo líquido em caixa e equivalentes de caixa		(66.309)	307.170	(136.879)	184.490
Declarado de variação em caixa e equivalentes de caixa		373.580	439.889	58.723	195.602
No final do exercício		439.889	132.719	195.602	11.112
No início do exercício		(66.309)	307.170	(136.879)	184.490
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de março		373.580	439.889	58.723	195.602

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Amparado pelo avançado nível de governança corporativa e pela clareza do direcionamento estratégico, estabelecido pelos acionistas e posto em marcha pela Diretoria Executiva, o modelo único de negócio da Copersucar nos permitiu alcançar um desempenho favorável diante das condições adversas do mercado e estabelecer como meta a liderança mundial no setor sucroenergético, com crescimento acima dos principais indicadores do setor. Com esse objetivo, a Copersucar colocou em execução na última Safra seu plano de investimentos de R\$ 2 bilhões, previstos até 2015, destinados a reforçar o sistema integrado de logística e fortalecer o modelo de negócio.

Os resultados obtidos no período e apresentados neste Relatório comprovam a assertividade de nosso modelo, que preza por escala e competitividade. A estrutura da Companhia confere eficiência logística, enquanto as Unidades Produtoras Sócias dão regularidade ao atendimento da demanda mundial por açúcar e etanol. Com a parceria das 50 usinas originadas, conseguimos aumentar ainda mais o volume de produtos para atender às necessidades dos clientes, com o modelo único de gestão que chamamos de "consolidação aberta".

Temos convicção, também, de que a sustentabilidade é um requisito indispensável para a perenidade do negócio, em seus três pilares conceituais: econômico, social e ambiental. Por essa razão, definimos como nossa principal missão o engajamento contínuo das Unidades Produtoras Sócias. O objetivo é fomentar a evolução de cada uma delas em boas práticas socioambientais e gerenciamento de seus impactos. Desde que iniciamos o trabalho, já percebemos resultados significativos, especialmente em relação aos temas de emissões de gases de efeito estufa (GEEs), recursos hídricos e biodiversidade, definidos como prioritários. A obtenção do certificado Bonsucro (*Better Sugar Cane Initiative*), por cinco das 48 Unidades Produtoras Sócias, e também pela Copersucar, como gerenciadora da cadeia de custódia, é outro importante destaque do engajamento ao longo da última safra. O selo Bonsucro analisa boas práticas sociais e ambientais na cadeia de produção e é valorizado pelo mercado internacional. Este relevante conquista soma-se à aprovação anterior de 39 usinas sócias no registro do *Ferriable Fuel Standard* (FFS-2), padrão norte-americano de exigências ambientais para importação de etanol, e também no registro do *California Air Resources Board* (CARB), que exige a adequação dos produtos ao *Low Carbon Fuel Standard* (LCFS).

Com um portfólio que, a rigor, segue padrões estabelecidos mundialmente e não se diferencia dos demais competidores nos mercados de commodities em que atua, a Copersucar prima pela qualidade de seu relacionamento com os seus diversos públicos de interesse como fator decisivo para o estabelecimento de vínculos duradouros. Para agregar valor a estas relações e alcançar a ambição estratégica de liderança mundial na comercialização de açúcar e etanol, a Copersucar vem investindo vigorosamente em escala, eficiência e atuação responsável, contribuindo para que o Brasil continue exercendo seu protagonismo no setor sucroenergético mundial.

Esta trajetória de sucesso não teria sido possível sem a confiança e o apoio dos acionistas, o trabalho integrado junto às Usinas Sócias, a dedicação e o empenho dos funcionários e a proximidade com os clientes. Agradecemos, assim, a todos os públicos que se relacionam com os negócios da Copersucar, e reiteramos a nossa firme convicção no futuro promissor que temos pela frente.

Luís Roberto Pogetti

Presidente do Conselho de Administração

5. DESEMPENHO FINANCEIRO

O Ano Safra 2011/2012 foi o segundo exercício em bases integrais de desempenho, tanto para os mercados de açúcar quanto de etanol, o que favorece a comparabilidade.

Apesar dos efeitos adversos conjunturais que se agravaram na última Safra, o desempenho da Copersucar viabilizou o crescimento de 35,7% em sua receita operacional líquida, atingindo R\$ 11,2 bilhões no exercício, frente aos R\$ 8,3 bilhões no período anterior. Esse crescimento é atribuído ao aumento de volume e de melhores condições de comercialização, tanto no mercado interno quanto nas exportações. No exercício encerrado em 31 de março de 2012, a comercialização de açúcar respondeu por 58% das receitas, a venda de etanol por 41%, e os serviços por 1%.

O lucro bruto atingiu R\$ 484 milhões, enquanto

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional
 A Companhia tem sede e foro na cidade de São Paulo (SP), podendo abrir e encerrar filiais, sucursais, escritórios ou agências, assim como nomear agentes ou representantes em qualquer parte do país ou exterior. O endereço registrado do escritório da Companhia é Avenida Paulista, 287. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de março de 2012 abrangem a controladora, suas controladas, controladas em conjunto e investimento em empresa coligada. A Companhia foi constituída em 17 de julho de 2008 e tem as seguintes atividades preponderantes em seu objeto social: • A importação, exportação, comercialização, industrialização, guarda, os serviços de carga e descarga de açúcar, etanol e derivados nos mercados nacionais e internacionais; • A representação comercial de açúcar, etanol e derivados; • Logística terrestre, aérea, fluvial e marítima; • Transporte de cargas, inclusive perigosas e atuação como operadora de transporte multimodal; • Produção e comercialização de energia elétrica, vapor vivo, vapor de escape e todos os derivados provenientes de co-geração de energia elétrica; • Prestação de serviços técnicos e de consultoria relativos às atividades antes mencionadas; e • Participação no capital de outras sociedades. O exercício social da Companhia e suas controladas se encerra em 31 de março de cada ano.

2. Entidades da Companhia

Entidade	Cidade/Estado - País	Participação acionária	2012	
			2012	2011
Cia. Auxiliar de Armazéns Gerais	São Paulo/SP - Brasil	Controlada	99,99995%	
Copersucar Armazéns Gerais S.A.	São Paulo/SP - Brasil	Controlada	99,99997%	
Uniduto Logística S.A.	São Paulo/SP - Brasil	Coligada	25,820000%	
Logum Logística S.A.	Rio de Janeiro/RJ - Brasil	Controlada em conjunto	20,000000%	
Sugar Express Transportes S.A.	São Paulo/SP - Brasil	Controlada	20,000000%	
Comercializadora Nacional N.V.	Curaçau	Controlada	100,00000%	
Copersucar Trading A.V.V.	Oranjestad - Aruba	Controlada	100,000000%	
Copersucar Europe B.V.	Rotterdam - Holanda	Controlada	100,000000%	
Copa Shipping Company Limited	Tortola - Ilhas Virgens Britânicas	Controlada em conjunto	50,000000%	

Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais: A Controlada com sede na capital do estado de São Paulo tem como atividade preponderante a comercialização no mercado atacadista de produtos alimentícios e mercadorias em geral, o aluguel de armazéns, a prestação de serviços de armazenagem, a operação de exportação de açúcar e de outros produtos de origem vegetal e o exercício das atividades de operador portuário.

Copersucar Armazéns Gerais S.A.: A Controlada com sede na capital do estado de São Paulo possui como atividade preponderante, por meio de suas controladas, a comercialização no mercado atacadista de produtos alimentícios e mercadorias em geral, a comercialização e distribuição no atacado e varejo de combustíveis para fins automotivos ou industriais e o aluguel de armazéns.

Uniduto Logística S.A.: Coligada com sede na capital do estado de São Paulo tem como atividade preponderante a comercialização no mercado atacadista de produtos alimentícios e mercadorias em geral, o aluguel de armazéns, a prestação de serviços de armazenagem, a operação de exportação de açúcar e de outros produtos de origem vegetal e o exercício das atividades de operador portuário.

Logum Logística S.A.: Em 23 de novembro de 2010, foi celebrado um Termo de Compromisso de Associação entre a Copersucar S.A., Cosan S.A. Indústria e Comércio, Uniduto Logística S.A., Camargo Corrêa Óleo e Gás S.A., Odebrecht Transporte Participações S.A., Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, PMCC Soluções Logísticas de Etanol S.A. e a Camargo Corróo Investimentos em Infra Estrutura S.A.. Referido contrato teve por objeto estabelecer um compromisso de associação entre as partes em uma única empresa para viabilizar a unificação dos projetos de logística tudo viária para transporte de etanol no território brasileiro. Assim, em 01 de março de 2011, foi efetuado um aumento de capital da PMCC Soluções Logísticas de Etanol S.A. para que as partes acima mencionadas passassem a integrar o seu capital social e viabilizar o disposto no Termo de Compromisso de Associação. Na mesma assembleia, foi aprovada, ainda, a modificação de sua denominação social para Logum Logística S.A., na qual a Copersucar S.A. possui 20% do capital social. A controlada em conjunto tem por objetivo implementar a construção e operar redes de transporte intermodal e multimodal de etanol, derivados de petróleo e outros biocombustíveis para o mercado nacional e internacional, explorar atividades, direta ou indiretamente, relacionadas com o transporte intermodal e multimodal, participar de projetos que tenham como objetivo a promoção do desenvolvimento do transporte intermodal e multimodal, importar, exportar, adquirir, vender, distribuir ou arrendar todo o maquinário e equipamentos relacionados às atividades descritas na nota explicativa 1.

Sugar Express Transportes S.A.: Em 05 de abril de 2010 foi constituída a empresa controlada Sugar Express Transportes S.A., companhia responsável pelo transporte rodoviário de açúcar e etanol.

Copersucar Internacional N.V.: A Controlada estabelecida em Curaçau tem como objeto social participar do capital social de outras em presas. Suas transações operacionais e financeiras são efetuadas em dólares norte americanos.

Copersucar Trading A.V.V.: A Controlada estabelecida em Aruba tem como objeto social a importação e exportação de açúcar e etanol, adquirido principalmente da Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo.

Copersucar Europe B.V.: A Controlada estabelecida na Holanda tem como objeto social a importação e exportação de açúcar e etanol, adquirido principalmente de empresas ligadas.

Copa Shipping Company Limited.: Em 24 de novembro de 2010, foi criada a Copa Shipping Company Limited, uma empresa de fretamento marítimo com sede nas Ilhas Virgens Britânicas, em parceria com o grupo Jamal Al-Ghurair (JAG) para outros negócios, e do grupo Al Khaleej Sugar (AKS), maior refinaria de açúcar no mundo e a de seus clientes estratégicos. A Copa Shipping tem como objetivo a comercialização de açúcar e etanol, maximizando a gestão de custos e o controle de qualidade desse serviço. A Copersucar S.A. e a Global Equity Investments, subsidiária da Grupo JAG, detêm cada uma 50% da Copa Shipping Company Limited.

3. Base de preparação
a. Declaração de conformidade: As presentes demonstrações financeiras incluem: • As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e • As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP ("BR GAAP" - *Brazilian Generally Accepted Accounting Principles*). As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo. Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pela Companhia e o patrimônio líquido e resultado da controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

b. Base de mensuração: As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram preparadas com base no método de equivalência patrimonial. Em decorrência dessa mudança nas práticas contábeis, as demonstrações financeiras mensuradas pelo valor justo por meio do resultado; • imobilizado - adoção do custo atribuído; • estoques - apurados a valor justo, por meio de marcação a mercado. **c. Moeda funcional e de apresentação:** Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional de todas as entidades do Grupo. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamento:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e IFRS, respectivamente, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos subsequentes. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota explicativa 9 - Contas a Receber de clientes (Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD); Nota explicativa 10 - Estoques; Nota explicativa 14 - Ativos e passivos fiscais diferidos; Nota explicativa 16 - Propriedade para investimento; Nota explicativa 23 - Instrumentos financeiros; Nota explicativa 35 - Arrendamentos mercantis operacionais. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota explicativa 4.d. iv - Depreciação (vida útil de ativo imobilizado); Nota explicativa 4.e. iii - Amortização (vida útil de ativos intangíveis); Nota explicativa 14 - Ativos e passivos fiscais diferidos (utilização de prejuízos fiscais); Nota explicativa 22 - Provisão para contingências (provisões e contingências).

e. Mudanças de práticas e estimativas contábeis: i. Durante o exercício findo em 31 de março de 2012 a Administração da Companhia decidiu antecipar o *IFRS 10 Consolidated Financial Statements* e o *IFRS 11 Joint Arrangements*, cuja implementação é obrigatória somente a partir de 01 de janeiro de 2013. Dessa forma, seus investimentos na investida Logum Logística S.A. (controlada em conjunto), que anteriormente era consolidada proporcionalmente a sua respectiva participação nas demonstrações financeiras consolidadas, passaram a ser consolidados de acordo com o método de equivalência patrimonial. Em decorrência dessa mudança nas práticas contábeis, as demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício do período anterior estão sendo apresentadas para fins de comparação, nas mesmas bases adotadas para o exercício findo em 31 de março de 2012, conforme previsto no IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

	2011		2011	
	Divulgado	Ajustes	Divulgado	Ajustado
Balances patrimoniais consolidados				
Ativo circulante	2.170.021	(12.699)	2.157.322	
Ativo não circulante	222.516	11.027	233.543	
Total dos ativos	2.392.537	(1.672)	2.390.865	
Passivo circulante	1.075.790	(1.670)	1.074.120	
Passivo não circulante	951.244	(1)	951.243	
Total dos passivos	2.027.034	(1.671)	2.025.363	
Patrimônio Líquido	365.503	(1)	365.502	
Total dos passivos e Patrimônio Líquido	2.392.537	(1.672)	2.390.865	

	2011		2011	
	Divulgado	Ajustes	Divulgado	Ajustado
Demonstração de resultados consolidada				
Receita	8.275.344	-	8.275.344	
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	157.956	-	157.956	
Custo das vendas	(7.790.579)	-	(7.790.579)	
Lucro bruto	642.721		642.721	
Receitas e despesas operacionais	(238.736)	441	(238.295)	
Resultado financeiro	(40.779)	(109)	(40.888)	
Resultado de equivalência patrimonial	(8.185)	(332)	(8.517)	
Resultado antes dos impostos	355.021		355.021	
Imposto de renda e contribuição social corrente	(17.810)	-	(17.810)	
Imposto de renda e contribuição social diferido	18.275	-	18.275	
Lucro líquido do exercício	345.486		345.486	

ii. Durante o exercício findo em 31 de março de 2012, o CEPEA/ESALQ - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada, departamento da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Universidade de São Paulo - USP) alterou a metodologia de precificação e determinação da estimativa da cotação de mercado das *commodities* de açúcar. Essa estimativa é utilizada pela Companhia para mensuração do valor justo de instrumentos financeiros referentes aos contratos de compra de açúcar e de os estoques dessas *commodities*. Com a alteração da metodologia de precificação desta *commodity* no Brasil, introduzida pelo CEPEA/ESALQ, fez-se necessária a revisão das estimativas contábeis da Companhia derivadas desta fonte. Vide detalhes da alteração desta metodologia na nota explicativa 23. Conforme previsto no IAS 8 - "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro", os efeitos de mudanças na estimativa contábil devem ser reconhecidos prospectivamente nas demonstrações financeiras do exercício atual. Dessa forma, em decorrência dessa mudança, o efeito positivo líquido no resultado do exercício consolidado referente ao exercício corrente seria de R\$ 144.832, caso fosse aplicável a mudança de estimativa contábil retrospectivamente.

4. Principais políticas contábeis
 As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em consonância com IFRS e pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), exceto nos casos indicados em contrário. As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pelas entidades da Companhia. **a. Base de consolidação:** As demonstrações financeiras de controladas e coligadas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle efetivo se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **ii. Investimentos em controladas em conjunto:** Empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*) é o acordo contratual em que duas ou mais partes se comprometem a realização de atividade econômica que está sujeita ao controle conjunto. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **iii. Investimentos em coligadas:** As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle, sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20% e 50% do poder votante de outra entidade. Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. Quando a participação da Companhia nos prejuízos de uma Companhia investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária nessa Companhia, a perda é reconhecida inicialmente pelo patrimônio líquido. **iv. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros de longo prazo, é reduzido a zero, e o reconhecimento de perdas adicionais é encerrado, exceto nos casos em que a Companhia tenha obrigações construtivas ou efetuou pagamentos em nome da Companhia investida, quando, então, é constituída uma provisão para a perda de investimentos. **v. Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrup, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrup, são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com Companhias investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **b. Moeda estrangeira:** **i. Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia nas taxas de câmbio nas datas das transações, exceto pelos ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação, que são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no período do preço, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira na taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes de conversão são reconhecidas no resultado. **ii. Operações no exterior:** Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Real às taxas médias de câmbio apuradas no período. As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas no resultado do exercício, uma vez que a moeda funcional da operação no exterior é o Real. Essas variações cambiais são reconhecidas em lucros ou prejuízos nas demonstrações financeiras individuais da controladora ou da subsidiária. Para conversão das transações em dólar americano (USD) para a moeda funcional da Companhia (Real R\$) foram utilizados as seguintes taxas de câmbio tanto para o Consolidado quanto para a Controladora:

	Taxa média do exercício		Taxa à vista	
	2012	2011	2012	2011
RS/USD	1,7953	1,6591	1,8221	1,6287

c. Instrumentos financeiros: **i. Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos em dinheiro na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo pelo resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: Contas a Receber de Clientes, Estoques, Partes Relacionadas, Adiantamentos a Fornecedores e Outros Créditos. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desse ativo são reconhecidas no resultado do exercício. **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação ou considerados de liquidez imediata. **ii. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos futuros, opções e futuros de compra e venda de ativos e *commodities* e o gerenciamento de risco de tais instrumentos é realizado por meio de operações de venda e compra de *commodities*. O objetivo das operações envolvendo derivativos está sempre relacionado à operação da Companhia e não a especulação. Os custos de mercado, identificados nas políticas e diretrizes e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. Todos os ganhos ou perdas decorrentes de instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e seus custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado, quando incorridos, como componente do lucro bruto. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados pelo valor justo e as alterações registradas no resultado do exercício como componente do lucro bruto. Os ganhos relacionados a instrumentos financeiros derivativos não realizados oriundos de proteção de preço de *commodities* são reconhecidos dentro do lucro bruto, enquanto os efeitos de derivativos relacionados a riscos cambiais e de juros são reconhecidos no resultado financeiro. **iii. Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia deixa de reconhecer um passivo financeiro quando seus obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. **iv. Capital social:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. Os dividendos adicionais propostos devem ser aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia e são reconhecidos no Patrimônio Líquido sobre esta rubrica, se deliberados antes do final do exercício. **d. Imobilizado:** **i. Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) decorrentes de avaliações de perda de valor. **ii. Reclassificação para propriedade para investimento:** Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a Companhia mantém esse ativo mensurado pelo custo e reclassifica-o como propriedade para investimento. A Companhia também submete, anualmente, toda propriedade para

investimento mantida ao custo a análises e testes de redução de valor recuperável (*impairment*). **iii. Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil de item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposito por outro é contabilizado no resultado do exercício em que ocorre a reposição. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **iv. Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseado-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados. As taxas médias ponderadas estimadas para o exercício corrente e para o comparativo do exercício anterior são as seguintes:

	Taxa média anual ponderada	
	Consolidado	Controladora
	2012	2012
Construções e benfeitorias	4,00%	4,00%
Máquinas e equipamentos	11,75%	10,78%
Equipamentos de processamento de dados	26,78%	29,77%
Móveis e utensílios	7,06%	7,90%
Veículos	10,90%	10,97%
Benefícios em propriedade de terceiros	3,08%	-

e. Ativos intangíveis: **i. Ativos intangíveis de vida útil definida:** Ativos intangíveis adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. **ii. Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo. Os gastos subsequentes são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorre a reposição. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **iv. Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado, na rubrica "Despesas administrativas", baseado-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não são, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A vida útil estimada para os períodos correntes e comparativos são de 5 (cinco) anos para os softwares. **iv. Ativo intangível em desenvolvimento:** Um ativo intangível resultante de desenvolvimento (ou da fase de desenvolvimento de projeto interno) deve ser reconhecido somente se a entidade puder demonstrar todos os aspectos a seguir enumerados: (a) Viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda; (b) Intenção de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo; (c) Capacidade para usar ou vender o ativo intangível; (d) Forma correta de mensurar o desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível; (e) Responsabilidade de mensurar o desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível; e (f) Capacidade de mensurar com confiabilidade o desenvolvimento. **Propriedade para investimento:** Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo histórico no reconhecimento inicial e subsequentemente é mantida pelo método custo. O custo inclui despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos de material e mão de obra direta e qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos. **g. Ativos arrendados:** Os arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais. Os ativos arrendados não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia (arrendatária). A propriedade para investimento mantida sob um arrendamento operacional é reconhecida no balanço patrimonial da Companhia (arrendadora) pelo seu custo histórico. **h. Estoques:** O estoque da Companhia é composto por *commodities*, que é ajustado ao valor de mercado ("mark to market") menos os custos para venda. Para o cálculo do valor justo, a Companhia utiliza o método de custo de aquisição. As provisões para justas estimativas de perdas de vendas são calculadas com base na análise de mercado nacional e internacional, explorando atividades, direta ou indiretamente, relacionadas com o transporte intermodal e multimodal, importar, exportar, adquirir, vender, distribuir ou arrendar todo o maquinário e equipamentos relacionados às atividades descritas na nota explicativa 1. **Sugar Express Transportes S.A.:** Em 05 de abril de 2010 foi constituída a empresa controlada Sugar Express Transportes S.A., companhia responsável pelo transporte rodoviário de açúcar e etanol. **Copersucar Internacional N.V.:** A Controlada estabelecida em Curaçau tem como objeto social participar do capital social de outras em presas. Suas transações operacionais e financeiras são efetuadas em dólares norte americanos. **Copersucar Trading A.V.V.:** A Controlada estabelecida em Aruba tem como objeto social a importação e exportação de açúcar e etanol, adquirido principalmente da Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo. **Copersucar Europe B.V.:** A Controlada estabelecida na Holanda tem como objeto social a importação e exportação de açúcar e etanol, adquirido principalmente de empresas ligadas. **Copa Shipping Company Limited.:** Em 24 de novembro de 2010, foi criada a Copa Shipping Company Limited, uma empresa de fretamento marítimo com sede nas Ilhas Virgens Britânicas, em parceria com o grupo Jamal Al-Ghurair (JAG) para outros negócios, e do grupo Al Khaleej Sugar (AKS), maior refinaria de açúcar no mundo e a de seus clientes estratégicos. A Copa Shipping tem como objetivo a comercialização de açúcar e etanol, maximizando a gestão de custos e o controle de qualidade desse serviço. A Copersucar S.A. e a Global Equity Investments, subsidiária da Grupo JAG, detêm cada uma 50% da Copa Shipping Company Limited.

3. Base de preparação
a. Declaração de conformidade: As presentes demonstrações financeiras incluem: • As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e • As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP ("BR GAAP" - *Brazilian Generally Accepted Accounting Principles*). As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo. Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pela Companhia e o patrimônio líquido e resultado da controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

b. Base de mensuração: As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram preparadas com base no método de equivalência patrimonial. Em decorrência dessa mudança nas práticas contábeis, as demonstrações financeiras mensuradas pelo valor justo por meio do resultado; • imobilizado - adoção do custo atribuído; • estoques - apurados a valor justo, por meio de marcação a mercado. **c. Moeda funcional e de apresentação:** Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional de todas as entidades do Grupo. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamento:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e IFRS, respectivamente, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos subsequentes. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota explicativa 9 - Contas a Receber de clientes (Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD); Nota explicativa 10 - Estoques; Nota explicativa 14 - Ativos e passivos fiscais diferidos; Nota explicativa 16 - Propriedade para investimento; Nota explicativa 23 - Instrumentos financeiros; Nota explicativa 35 - Arrendamentos mercantis operacionais. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota explicativa 4.d. iv - Depreciação (vida útil de ativo imobilizado); Nota explicativa 4.e. iii - Amortização (vida útil de ativos intangíveis); Nota explicativa 14 - Ativos e passivos fiscais diferidos (utilização de prejuízos fiscais); Nota explicativa 22 - Provisão para contingências (provisões e contingências).

e. Mudanças de práticas e estimativas contábeis: i. Durante o exercício findo em 31 de março de 2012 a Administração da Companhia decidiu antecipar o *IFRS 10 Consolidated Financial Statements* e o *IFRS 11 Joint Arrangements*, cuja implementação é obrigatória somente a partir de 01 de janeiro de 2013. Dessa forma, seus investimentos na investida Logum Logística S.A. (controlada em conjunto), que anteriormente era consolidada proporcionalmente a sua respectiva participação nas demonstrações financeiras consolidadas, passaram a ser consolidados de acordo com o método de equivalência patrimonial. Em decorrência dessa mudança nas práticas contábeis, as demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício do período anterior estão sendo apresentadas para fins de comparação, nas mesmas bases adotadas para o exercício findo em 31 de março de 2012, conforme previsto no IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

	2011		2011	
	Divulgado	Ajustes	Divulgado	Ajustado
Balances patrimoniais consolidados				
Ativo circulante	2.170.021	(12.699)	2.157.322	
Ativo não circulante	222.516	11.027	233.543	
Total dos ativos	2.392.537	(1.672)	2.390.865	
Passivo circulante	1.075.790	(1.670)	1.074.120	
Passivo não circulante	951.244	(1)	951.243	
Total dos passivos	2.027.034	(1.671)	2.025.363	
Patrimônio Líquido	365.503	(1)	365.502	
Total dos passivos e Patrimônio Líquido	2.392.537	(1.672)	2.390.865	

4. Principais políticas contábeis
 As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em consonância com IFRS e pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), exceto nos casos indicados em contrário. As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pelas entidades da Companhia. **a. Base de consolidação:** As demonstrações financeiras de controladas e coligadas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle efetivo se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **ii. Investimentos em controladas em conjunto:** Empreendimento controlado em conjunto (*joint venture</*

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais)

relativas às práticas contábeis adotadas pela Administração sobre as demonstrações financeiras da Companhia; • Acompanhar e discutir controles internos, relatórios, pendências e questões referentes aos trabalhos de auditoria interna e externa; • Sugerir e direcionar tarefas e funções da auditoria interna. O Comitê de Auditoria e Risco da Companhia supervisiona como a Administração acompanha o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia. O Comitê é assistido no seu papel de supervisão pela Auditoria Interna. A Auditoria Interna realiza tanto as revisões regulares como as revisões para fins de controles e procedimentos de gerenciamento de risco, cujos resultados são reportados ao Comitê de Auditoria e Risco. **Risco de crédito:** É o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e de títulos de investimento. **i. Contas a receber de clientes:** A Companhia e suas controladas estão sujeitas a risco de crédito. A Administração busca mitigar o risco de crédito por meio de uma política de crédito rigorosa, seletividade de seus clientes, acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmentos de negócios e limites individuais de crédito, procedimentos estes adotados a fim de minimizar eventuais riscos de inadimplência em suas contas a receber de clientes. A Companhia opera nos segmentos de açúcar, etanol e prestação de serviços de elevação de açúcar em seu terminal portuário. Nos clientes de mercado interno o prazo médio de recebimento é de 20 (vinte) dias para o açúcar, já nas vendas de etanol, 70% dos clientes têm um prazo de recebimento de 15 (quinze) dias e o saldo de 30% com recebimentos à vista. Com relação a contas a receber do mercado externo, incluindo América Latina, cerca de 90% dos clientes pagam na modalidade *Cash Against Documents*, ou seja, somente após o pagamento da obrigação, os documentos são liberados ao cliente para que possa fazer o desembarque da mercadoria. Os clientes que não operam nesta modalidade efetuam pagamento por meio de carta de crédito aberta por bancos de primeira linha. Mais de 80% dos clientes da Companhia são clientes há mais de cinco anos, com um histórico de perdas extremamente baixo. No monitoramento do risco de crédito dos clientes, os mesmos são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se são distribuidoras, indústrias ou refinarias, localização geográfica, e existência de histórico de dificuldades financeiras. **ii. Garantias:** Garantias são fornecidas na contratação de linhas de financiamentos bancários necessários para manter o equilíbrio de caixa da controladora e controladas, contudo existem garantias recebidas e cedidas à parte relacionada, cujo detalhe está na nota explicativa 24. **iii. Contratos de compra com fornecedores não relacionados:** A Companhia está sujeita a riscos de inadimplência na entrega dos produtos aplicados aos contratos de compra com preço fixo de usinas e traders não relacionadas (fornecedores/originação de terceiros). Para minimizar o risco de concentração por fornecedor não relacionado foi determinado no política vigente que o volume individual contratado com preço fixo não exceda 20% do volume total das compras estimadas para a safra corrente com não relacionados. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações dentro do prazo de vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. **Risco de mercado:** Risco de mercado representa a possibilidade de perdas financeiras que a Companhia está exposta, oriunda das variações sobre os preços das *commodities*, taxas de câmbio e taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar e monitorar todas as exposições a esses riscos para que fiquem dentro de parâmetros aceitáveis, definidos pelo Conselho de Administração. A Companhia compra e vende derivativos e também cumpre com obrigações financeiras para gerenciar riscos de mercado. Todas estas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Auditoria e Risco e deliberadas pelo Conselho de Administração. **i. Risco de preço de commodities:** A Companhia opera com derivativos de *commodities* para minimizar a variabilidade do seu resultado causada pelo reconhecimento contábil de ativos e passivos, diretos e obrigações a valor justo, valorizados com a cotação dos preços de *commodities* nas Bolsas Internacionais (ICE/NYBOT e LIFFE) e índices divulgados pela CEPEA/ESALQ. As exposições a este tipo de risco são constantemente atualizadas, em virtude do curso normal de negócios da Companhia. Portanto, a gestão dessa exposição ocorre dinamicamente por meio de contratos derivativos com o objetivo de realizar ajustes de *hedge* de acordo com a nova necessidade. A utilização desses contratos derivativos é monitorada e baseada no limite de risco pré-estabelecido pelo Conselho de Administração. A Companhia não possui usinas produtoras de açúcar e etanol. Na safra 2011/2012, aproximadamente 75% da matéria-prima comercializada foi adquirida de unidades produtoras sócias, enquanto que os outros 25% foram de unidades produtoras não sócias e de outras traders. Conforme contrato de fornecimento firmado entre a Copersucar S.A. e a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo, partes sócias, o preço de negociação é formado com base no índice CEPEA/ESALQ no período da entrega da mercadoria. O açúcar é comercializado no mercado interno e externo, e o preço de venda é formado pelo preço do açúcar *Sugar #11/ICE* da Bolsa de Nova York. Isso faz com que este seja o principal fator de risco do portfólio. A exposição líquida entre compras e vendas é gerenciada por meio de instrumentos financeiros derivativos de açúcar *Sugar #11/ICE* (futuros ou de balcão) referenciados à mesma Bolsa e é monitorada por meio dos limites de risco pré-estabelecidos pelo Conselho de Administração. O etanol também é comercializado no mercado interno e externo, e o seu preço de venda é formado pelo indicador CEPEA/ESALQ. Isso faz com que este seja o principal fator de risco deste portfólio. Dessa forma, toda a posição líquida entre compras e vendas com preço fixo acaba exposta ao risco de variação de preço do etanol. O monitoramento de exposição e riscos é realizado por meio dos limites pré-estabelecidos pelo Conselho de Administração. Os ganhos ou perdas originados desses instrumentos de proteção são registrados no resultado do exercício. **ii. Risco de moeda:** A Companhia está sujeita ao risco de moeda nas vendas, compras e empréstimos denominados em uma moeda diferente das respectivas moedas funcionais da Companhia e suas Controladas, no caso o Real (R\$). As moedas nas quais estas transações são denominadas são o dólar americano (USD) e o Euro (€). A Companhia utiliza Contratos de Balcão ou de Bolsa para proteger seu risco de moeda, com vencimento de menos de um ano da data das demonstrações financeiras. Quando necessário esses contratos são renovados no vencimento. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são gerenciados pela sua exposição líquida, por meio de compras e vendas de moeda estrangeira a taxas à vista ou futuras (*forwards*), quando necessário, para exposições de curto prazo. Os principais montantes dos empréstimos bancários da Companhia em USD são protegidos utilizando contratos de *swap*, de balcão ou compensados com ativos indexados na mesma moeda. Juros sobre empréstimos são denominados na moeda do empréstimo. Em geral, os empréstimos são denominados em moeda equivalente aos fluxos de caixa gerados pelas operações básicas da Companhia, principalmente em Reais, mas também em USD. As exposições a este tipo de risco são constantemente atualizadas, em virtude do curso normal de negócios da Companhia. Portanto, a gestão dessa exposição e seus limites ocorrem dinamicamente por meio de contratos derivativos com o objetivo de realizar ajustes de *hedge* de acordo com a nova necessidade. A utilização desses contratos derivativos é definida anualmente, no limite de risco pré-estabelecido pelo Conselho de Administração e monitorada quinzenalmente pelo Comitê de Auditoria e Risco. **iii. Risco de taxa de juros:** A dívida da Companhia está atrelada a taxas fixas e variáveis, portanto está exposta a variações na taxa de juros. O risco de exposição do CDI é parcialmente compensado por aplicações financeiras. O gerenciamento do custo financeiro total da Companhia possui como objetivo fazer com que seu custo financeiro esteja em linha com o praticado pelo mercado, considerando entidades com porte similar. **Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas aos processos de negócios, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez. O objetivo da Companhia é monitorar os potenciais riscos operacionais visando mitigar ao máximo a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação e continuidade de seus negócios, buscando assim, a eficácia de custos evitando procedimentos de controle que não são eficazes. **Gestão de capital:** A política da Administração é manter uma base de capital suficiente para manter a confiança do investidor, do credor e do mercado. O principal objetivo é o desenvolvimento futuro de negócios. Como estratégia na gestão dos negócios e por ser um ativo de fácil realização, a Administração optou em operar com um volume maior de estoques, R\$1.050.262 em 2012 frente a R\$ 353.614 em 2011 (veja nota explicativa 10) o que implicou em um crescimento de seu endividamento. A dívida da Companhia em relação do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2012	2011
Total do passivo	(2.628.225)	(2.025.363)
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	373.580	439.889
Dívida líquida (a)	(2.254.645)	(1.585.474)
Total do Patrimônio líquido (b)	(205.639)	(365.502)
Relação dívida líquida sobre capital (a/b)	1,096%	434%

7. Segmentos operacionais
 O principal tomador de decisões da Companhia, Presidente Executivo, analisa as informações sobre resultados segmentados para tomar decisões relacionadas à aplicação dos recursos financeiros. A Companhia e suas controladas apresentam dois segmentos: Açúcar/Etanol e Serviços. A seguir estão apresentadas as descrições dos segmentos operacionais da Companhia: • Açúcar/Etanol: compra e venda de açúcar bruto e açúcar branco no mercado nacional e internacional, e compra e venda de etanol hidratado e anidro no mercado nacional e internacional; e • Serviços: compreende os resultados de prestação de serviços de logística e elevação de açúcar e etanol. As informações selecionadas de resultado por segmento, que foram mensuradas de acordo com as mesmas práticas contábeis utilizadas na preparação das informações consolidadas, são como segue:

	2012			2011		
	Açúcar/Etanol	Serviços	Total	Açúcar/Etanol	Serviços	Total
Receita líquida (a)	10.950.346	82.767	11.033.113	8.383.977	49.323	8.433.300
Custo de vendas	(10.481.606)	(67.838)	(10.549.444)	(7.758.501)	(32.078)	(7.790.579)
Margem bruta	468.740	14.929	483.669	625.476	17.245	642.721

(a) Os valores apresentados como Receita Líquida em março de 2012 e 2011 contemplam a Receita com Instrumentos financeiros derivativos não realizados divulgada separadamente nas Demonstrações de Resultado. Os outros itens do resultado, assim como as informações sobre ativos e passivos, não são apresentados nas informações por segmento, pois é possível utilizar a margem bruta para avaliar o desempenho dos segmentos. A composição da Receita Operacional Líquida por região geográfica é:

Região/País	2012	2011
África do Sul	15.582	4.068
Alcântara	3.391	21.548
Arábia Saudita	674.846	289.056
Argélia	357.327	168.129
Argentina	7.075	-
Austrália	3.579	4.325
Austria	-	3.108
Bélgica	13.496	41.878
Brasil	4.447.412	3.495.193
Canadá	447.466	309.934
China	140.450	-
Cingapura	623.952	372.249
Colômbia	120.797	32.182
Dinamarca	77.094	-
Emirados Árabes Unidos	1.704.778	1.535.767
Espanha	-	5.225
Estados Unidos	1.055.719	700.702
Federação Russa	48.034	-
Finlândia	3.862	12.637
França	216.897	169.802
Grã-Bretanha	644.213	372.008
Holanda	39.231	7.363
Iêmen	2.906	-
Ilhas Cayman	-	49.545
Ilhas Virgens	264	-
Índia	131.502	-
Japão	56.713	55.811
México	27.914	12.226
Paquistão	197	-
Peru	32.893	27.134
Suécia	1.894	2.762
Suíça	442.016	446.275
Tailândia	-	568
Trinidad e Tobago	-	86
Turquia	16.055	-
Uruguai	4.854	4.258
Vietnã	-	3
Total	11.226.836	8.275.344

	Participação %	Qtde. de ações	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos não circulantes	Passivos circulantes	Total de passivos	Patrimônio líquido	Receitas	Outros resultados	Lucro ou prejuízo	Equivalência patrimonial
Em 2011													
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais (a)	99,99999	2.019.842	17.201	116.743	133.944	15.439	40.307	55.746	78.198	69.367	(64.808)	4.559	4.559
Copersucar Armazéns Gerais (a)	99,99999	3.512.925	1.640	327.924	329.564	106	56	162	329.402	402.010	(34.933)	367.077	367.077
Sugar Express Transportes S.A. (a)	99,99999	49.995	1.345	25	1.370	143	1.302	1.445	(75)	4.211	(4.337)	(126)	(126)
Uniduto Logística S.A. (c)	32,61780	18.728.938	940	18.226	19.166	385	-	385	18.780	500	(26.733)	(26.233)	(8.185)
Logum Logística S.A. (b)	20,00000	24.649.083	63.477	38.506	101.983	8.343	-	8.343	93.639	611	(4.900)	(4.289)	(330)
													362.995
Em 2012													
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais (a)	99,99995	2.019.842	6.112	136.819	142.931	8.337	50.837	59.174	83.756	65.069	(58.046)	7.022	7.022
Copersucar Armazéns Gerais (a)	99,99997	3.512.925	4.561	536.985	541.546	729	60.637	61.366	480.179	12.486	188.549	201.035	201.035
Sugar Express Transportes S.A. (a)	99,99000	49.995	2.338	19	2.357	141	1.731	1.872	485	14.126	(13.425)	701	701
Uniduto Logística S.A. (c)	19,41000	20.758.629	1.754	29.268	31.022	7	-	7	31.016	79	(825)	(746)	(213)
Logum Logística S.A. (b)	20,00000	57.678.860	292.815	449.870	742.685	10.320	478.946	489.266	253.419	13.474	(45.766)	(32.292)	(6.458)
													202.087

(a) Controlada
 (b) Controle conjunto
 (c) Coligada

O quadro abaixo apresenta a composição dos investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial:

	Consolidado 2012	Consolidado 2011	Controladora 2012	Controladora 2011
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial:				
Copersucar Armazéns Gerais S.A.	-	-	480.179	329.402
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	-	-	83.757	78.402
Logum Logística S.A.	50.684	17.143	50.684	17.143
Uniduto Logística S.A.	9.451	6.126	9.451	6.126
Sugar Express Transporte S.A.	-	-	485	-
Copa Shipping Company Limited	4.122	-	-	-
	64.257	23.269	624.556	431.073

Outros investimentos não consolidados - avaliados pelo valor justo:
 Outros investimentos

	2012	2011
Outros investimentos	544	500
	(7.657)	(455)
	544	500
	64.801	23.769

Passivo a descoberto
 Sugar Express Transporte S.A.

	2012	2011
Passivo a descoberto	-	-
	-	-
	-	75

16. Propriedade para investimento
Controladora

	Terrenos	Construções e benfeitorias	Imobilizado em construção	Total
Custo				
Saldo em 2011	5.433	3.392	7.326	16.151
Adições	-	-	5.620	5.620
Transferências	-	11.707	(11.707)	-
Saldo em 2012	5.433	15.099	1.239	21.771

Depreciações
 Saldo em 2011
 Depreciações do período
 Saldo em 2012
Valor contábil líquido
 Em 2011
 Em 2012

A controladora Copersucar S.A. possui um armazém que é mantido como propriedade para investimento por meio de arrendamento à parte relacionada - Copersucar Armazéns Gerais. O prazo deste arrendamento é de dois anos. Renovações subsequentes podem ocorrer, caso acordadas entre as partes. Nenhum aluguel contingente é cobrado. O valor justo deste ativo não difere do custo de aquisição que ocorreu em 20 de janeiro de 2010, acrescentando-se as obras em andamento (benfeitorias) até 31 de março de 2012.

17. Ativo imobilizado
Consolidado

	Terrenos e benfeitorias	Construções e equipamentos	Máquinas e de processamento de dados	Móveis e utensílios	Veículos	Benefeitorias em propriedade de terceiros	Imobilizado em construção	Total
Custo								
Saldo em 2011	5.433	3.392	95.632	2.423	2.867	1.880	94.892	14.144
Adições	-	-	56	201	39	777	-	41.903
Alienações	-	-	(65)	(80)	(2)	(734)	-	(881)
Transferências	-	11.707	6.517	352	33	-	2.886	(21.495)
Saldo em 2012	5.433	15.099	102.140	2.896	2.937	1.923	97.778	34.552
Depreciações								
Saldo em 2011	-	(109)	(58.268)	(1.280)	(644)	(414)	(32.000)	(92.715)
Depreciações do período	-	(262)	(1.707)	(455)	(188)	(172)	(2.573)	(11.307)
Alienações	-	-	9	51	-	-	-	61
Saldo em 2012	-	(371)	(65.916)	(1.678)	(832)	(333)	(34.573)	(103.703)
Valor líquido contábil								
Em 2011	5.433	3.283	37.364	1.143	2.223	1.466	62.892	14.144
Em 2012	5.433	14.728	36.224	1.218	2.105	1.590	63.205	34.552

8. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado 2012	Consolidado 2011	Controladora 2012	Controladora 2011
Caixa	30	65	18	11
Depósitos à vista (a)	90.200	139.832	7.313	9.271
Aplicações financeiras	283.347	299.992	51.392	186.320
Total	373.580	439.889	58.723	195.602

(a) Os depósitos à vista correspondem aos saldos bancários em conta corrente. Os saldos de aplicações financeiras são representados por títulos de renda fixa, remunerados substancialmente a 97,9% da variação de CDI - Certificado de Depósito Interbancário, possuindo liquidez diária e a possibilidade de resgate imediato, sem multa ou perda de rendimento, além de operações com *Time Deposit* com rendimentos de 0,2% ao ano.

9. Contas a receber de clientes

	Consolidado 2012	Consolidado 2011	Controladora 2012	Controladora 2011
Clientes no país	260.783	410.510	260.789	410.462
Clientes no exterior	294.521	241.916	85	285
Partes relacionadas	48.311	229.367	29.820	205.536
PECLD	(1.001)	(1.208)	(1.001)	(1.208)
Total	602.614	880.585	289.693	615.075

A exposição da Companhia a riscos de crédito, bem como as médias das idades dos saldos, risco de moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes, são divulgadas na nota explicativa 23. As contas a receber de clientes são classificadas como recebíveis demonstrados ao custo amortizado. A Companhia avaliou o ajuste a valor presente, com a taxa de mercado CDI - Certificado de Depósito Interbancário, dos seus saldos de contas a receber de cliente em 31 de março de 2012 e 2011, e concluiu que os valores se equiparam substancialmente aos valores contábeis apresentados no balanço considerando que a maioria dos itens de contas a receber é emitida com vencimentos em média de 20 dias. A despesa com a constituição da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) foi registrada na rubrica "Despesas de Vendas" na demonstração do resultado do exercício. Quando não existe expectativa de recuperação do montante provisionado, os valores creditados na rubrica são realizados contra a baixa definitiva do título, e esta provisão torna-se dedutível de impostos.

10. Estoques



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais)

Modalidade	Finalidade	Garantia	Moeda	Indexador	Taxa média anual de juros	Ano de vencimento	Consolidado 2012	Consolidado 2011	Controladora 2012	Controladora 2011
Nota de Crédito de Exportação	Capital de Giro	Aval da Cooperativa	US\$	Taxa Pré-fixada	2,99%	2013 a 2015	448.299	341.650	448.299	341.651
Pré-pagamento de Exportação	Capital de Giro	Aval da Cooperativa	US\$	Taxa Pré-fixada	4,27%	2014 a 2017	641.538	—	—	—
Empréstimo Direto Externo	Capital de Giro	Aval da Cooperativa com penhor de estoque	US\$	Taxa Pré-fixada	2,70%	2013	379.825	336.183	379.825	336.183
Capital de Giro	Capital de Giro	Aval da Cooperativa	US\$	Taxa Pré-fixada	2,06%	2012	237.100	377.038	—	—
Nota de Crédito de Exportação	Capital de Giro	Aval da Cooperativa	RS	CDI-CETIP	110,84% do CDI	2013 a 2014	520.336	—	520.336	—
Cédula de Crédito à Exportação	Capital de Giro	Aval da Cooperativa com penhor de estoque	RS	CDI-CETIP	108% do CDI	2011 a 2012	—	309.637	—	309.637
BNDES - PASS	Capital de Giro	Aval da Cooperativa com penhor de estoque	RS	Taxa Pré-fixada	9,00%	2011	—	38.397	—	38.397
BNDES - FINAME	Ativo Imobilizado	Aval da Copersucar S.A. com alienação fiduciária	RS	TJLP	9,15%	2012 a 2016	5.159	5.159	11.213	11.213
Total de Empréstimos e Financiamentos							2.232.257	1.414.118	1.348.460	1.025.868
Passivo circulante							2.232.257	1.414.118	1.348.460	1.025.868
Passivo não circulante							—	—	—	—

Termos e cronograma de amortização da dívida: Os termos e condições dos empréstimos em aberto são os seguintes:

Consolidado	Moeda	Indexador	Taxa média anual de juros	Ano de vencimento	2012		2011	
					Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Nota de Crédito de Exportação	US\$	Taxa Pré-fixada	2,99%	2013 a 2015	448.299	459.851	341.650	341.651
Pré-pagamento de Exportação	US\$	Taxa Pré-fixada	4,27%	2014 a 2017	641.538	667.527	—	—
Empréstimo Direto Externo	US\$	Taxa Pré-fixada	2,70%	2013	379.825	384.497	336.183	336.183
Capital de Giro	US\$	Taxa Pré-fixada	2,06%	2012	237.100	237.468	377.038	377.036
BNDES - PASS	RS	Taxa Pré-fixada	9,00%	2011	—	—	38.397	38.390
Nota de Crédito de Exportação	RS	CDI	110,84%	2013 a 2014	520.336	520.336	—	—
Cédula de Crédito à Exportação	RS	CDI	108,00%	2011 a 2012	—	—	309.637	309.637
BNDES - FINAME	RS	TJLP	9,15%	2012 a 2016	5.159	5.159	11.213	11.213
					2.232.257	2.274.838	1.414.118	1.414.110

Do montante apresentado acima, o valor de R\$ 1.979.270 mil está garantido por aval da parte relacionada - Cooperativa (vide nota explicativa 25).

Controladora	Moeda	Indexador	Taxa média anual de juros	Ano de vencimento	2012		2011	
					Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Nota de Crédito de Exportação	US\$	Taxa Pré-fixada	2,99%	2013 a 2015	448.299	459.851	341.651	341.651
Empréstimo Direto Externo	US\$	Taxa Pré-fixada	2,70%	2013	379.825	384.497	336.183	336.183
BNDES - PASS	RS	Taxa Pré-fixada	9,00%	2011	—	—	38.397	38.390
Nota de Crédito de Exportação	RS	CDI	110,84%	2012 a 2014	520.336	520.336	—	—
Cédula de Crédito à Exportação	RS	CDI	108,00%	2011 a 2012	—	—	309.637	309.637
					1.348.460	1.364.684	1.025.868	1.025.861

Vencimentos do principal e juros dos empréstimos e financiamentos	Consolidado		Controladora	
	2012	2011	2012	2011
2013	615.585	—	373.580	—
2014	880.500	—	697.208	—
2015	353.844	—	170.553	—
2016	199.306	—	107.119	—
2017	183.022	—	—	—
	2.232.257	—	1.348.460	—

21. Impostos e contribuições a recolher	Consolidado		Controladora	
	2012	2011	2012	2011
ICMS	12.131	3.265	12.119	3.265
IPI	27	31	27	31
PIS	67	40	8	8
COFINS	199	141	33	38
OUTROS	779	489	643	496
ISS	204	198	23	—
Total Circulante	13.407	4.164	12.853	3.838
Impostos parcelados	733	810	—	—
Total Não Circulante	733	810	—	—
Total	14.140	4.974	12.853	3.838

22. Provisão para contingências
A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisou as demandas judiciais pendentes e, quanto às ações tributárias e trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	Consolidado			Controladora		
	Tributárias	Trabalhistas	Total	Tributárias	Trabalhistas	Total
Saldo em 2010	15.764	127	15.891	4.804	—	4.804
Provisões feitas durante o período	5.825	1.152	6.977	4.896	—	4.896
Provisões utilizadas durante o período	(966)	(60)	(1.026)	—	—	—
Saldo em 2011	20.623	1.219	21.842	9.700	—	9.700
Provisões feitas durante o período	6.470	250	6.720	5.456	—	5.456
Provisões utilizadas durante o período	(58)	(590)	(648)	—	—	—
Saldo em 2012	27.035	879	27.914	15.156	—	15.156

Para as contingências apresentadas acima existem depósitos judiciais para o Consolidado e Controladora que compõem o montante respectivamente de R\$ 25.958 e R\$ 19.466 em 31 de março de 2012 (R\$ 14.711 e R\$ 9.221 em 2011). A Companhia está pleiteando em juízo a exclusão do ICMS da base de cálculo dos PIS e da COFINS, por entender que tal valor (ICMS) não constitui receita ou faturamento e sim imposto estadual e a Companhia é somente um agente arrecadador. Por decorrência da medida judicial, está recolhendo PIS e COFINS com exclusão do ICMS da base de cálculo e depositando em juízo a diferença. A Companhia não possui contingências com riscos avaliados como possíveis para perda.

23. Instrumentos financeiros
A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, sendo eles: aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Também faz parte da carteira de instrumentos financeiros, as operações com instrumentos financeiros derivativos que são contratadas para proteção da volatilidade de mercado, bem como, as operações de compra e venda a termo de mercadoria com a Cooperativa. Para esse fim são utilizados os seguintes instrumentos de proteção: *swap* cambial, operações com NDF - *Non-Deliverable Forwards*, futuros e opções de *commodities* e moeda.

Instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado	Consolidado		Controladora	
	2012	2011	2012	2011
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	373.580	439.889	58.723	195.602
Estoques	1.050.262	353.614	721.530	158.402
Operações com bolsa de valores	52.527	117.085	672	—
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	61.857	207.446	41.120	—
Passivos				
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	24.458	32.236	—	31.161
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber de clientes	602.614	880.585	289.693	615.075
Partes relacionadas	1.099	21.074	77.314	23.515
Adiantamentos a fornecedores	54.673	57.166	4.482	18.885
Outros créditos	5.119	2.419	2.842	1.649
Passivos mantidos pelo custo amortizado				
Fornecedores	199.453	426.310	169.673	30.763
Empréstimos e financiamentos	2.232.257	1.414.118	1.348.460	1.025.868
Partes relacionadas	25.639	339	425.598	54.086
Outras contas a pagar	25.244	5.280	11.357	710

Classificação de instrumentos financeiros: Durante os exercícios encerrados em 31 de março de 2012 e 2011, não foi realizada nenhuma reclassificação de instrumentos financeiros.

Riscos de crédito: Exposição a riscos de crédito. A exposição máxima do risco do crédito está substancialmente concentrada nos instrumentos financeiros abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	2012	2011	2012	2011
Depósitos à vista	90.203	139.832	7.313	9.271
Aplicações financeiras	283.347	299.992	51.392	186.320
Contas a receber de clientes	602.614	880.585	289.693	615.075
Adiantamentos a fornecedores	54.673	57.166	4.482	18.885
Operações com bolsa de valores	52.527	117.085	672	—
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	61.857	207.446	41.120	—
Outros créditos	5.119	2.419	2.842	1.649

As operações de aplicações financeiras são pulverizadas em diversas instituições financeiras, consideradas pelo mercado de primeira linha. Os três clientes mais relevantes da Companhia são responsáveis por R\$ 253 milhões dos recebíveis em 31 de março de 2012 (R\$ 502 milhões em 2011), sendo que durante esses períodos ocorreram troca de relevância entre os clientes. Os demais instrumentos financeiros não apresentam concentrações significativas de risco, exceto pelas contas a receber de clientes, as quais a Companhia faz uso de cartas de créditos ou CAD - *Cash Against Document* para proteção de sua carteira.

Contas a receber de clientes: A exposição máxima ao risco de crédito na data do relatório por região geográfica para as contas a receber de clientes apresentado acima foi de:

	Consolidado					
	2012		2011		Exposição líquida	
	Valor garantido	Exposição líquida	Valor garantido	Exposição líquida	2011	Exposição líquida
Doméstico	260.782	—	260.782	410.509	—	410.509
Argélia (b)	88.624	88.624	—	29.790	29.790	—
Arábia Saudita (b)	54.317	54.317	—	117.742	117.742	—
Dubai (b)	45.608	45.608	—	—	—	—
Sulça (b)	27.462	27.462	—	—	—	—
Colômbia (b)	7.427	7.427	—	—	—	—
Holanda (b)	2.153	2.153	—	15.432	15.432	—
Singapura (b)	1.789	1.789	—	—	—	—
EUA (a)	—	—	—	30.222	30.222	—
Canadá (b)	—	—	—	6.366	6.366	—
Itália (b)	—	—	—	42.365	42.365	—
Outros (a)	11.439	11.439	—	—	—	—
Partes Relacionadas (c)	48.311	48.311	—	229.367	229.367	—
	603.615	342.833	260.782	881.793	471.284	410.509

	Controladora					
	2012		2011		Exposição líquida	
	Valor garantido	Exposição líquida	Valor garantido	Exposição líquida	2011	Exposição líquida
Doméstico	260.788	—	260.788	410.462	—	410.462
Outros	86	86	—	285	285	—
Partes Relacionadas (c)	29.820	29.820	—	205.536	205.536	—
	290.694	29.906	260.788	616.283	205.821	410.462

(a) Valor 100% garantido, sendo: 20% por meio de carta de crédito, 80% *Cash Against Documents*; (b) Saldos 100% garantidos por carta de crédito de bancos internacionais de primeira linha; (c) A Companhia não considera existência de risco de crédito para suas transações com partes relacionadas.

Perdas por redução no valor recuperável: Os vencimentos das contas a receber de clientes são:

	Bruto		PECLD		Bruto		PECLD	
	2012	2011	2012	2011	2011	2011	2011	2011
Não vencidos	430.881	—	—	523.124	—	—	—	—
Vencidos há 0-30 dias	90.409	—	—	178.875	—	—	—	—
Vencidos há 31-120 dias	24.329	(1.001)	—	124.416	—	—	—	—
Acima de 120 dias (a)	57.996	—	—	55.378	—	—	—	(1.208)
Total	603.615	(1.001)	(1.001)	881.793	(1.208)	(1.208)	(1.208)	(1.208)

(a) Para o Consolidado e para a Controladora, da quantia apresentada para 2012, o valor de R\$ 48.311 e de R\$ 29.820, respectivamente, refere-se a transações com partes relacionadas.

Risco de commodities: Consolidado - A metodologia para adurar o valor justo dos derivativos está apresentada na nota explicativa 5.

	Valor justo (R\$ mil)				Valor justo (R\$ mil)			
	2012		2011		2012		2011	
	Volume	Notional (R\$ mil)	Até 6 meses	Superior a 6 meses	Valor justo	Superior a 6 meses	Valor justo	Superior a 6 meses
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011

Contratos a termo
Posição comprada
Mercadorias
Açúcar (toneladas) 1.282.462 2.064.468 1.238.162 1.084.098 28.996 (8.999) 19.997 108.442 (7.717) 100.725

Contratos futuros (Forward)
Posição vendida
Mercadorias
Etanol (m³) (1.700) (6.000) 149 (85) 348 — 348 69 (166) (97)
Açúcar (tonelada) (1.466.825) (1.945.946) (1.450.441) (1.852.172) 11.773 7.440 19.213 47.455 8.465 55.920
NDF - Açúcar (toneladas) (4.480) (873.801) (3.557) (863.422) 291 — 291 — 50.033 50.033

A Companhia utiliza basicamente duas categorias de instrumentos de preço para controle da exposição de *commodities*: a. Contratos derivativos futuros e de opções negociados diretamente pela Companhia em Bolsa (ICE/NYBOT) ou balcão com instituições financeiras de primeira linha, incluindo nessa categoria o NDF (*Non Deliverable Forward*); b. Contratos a termo negociados diretamente com clientes e fornecedores. O valor justo dos contratos derivativos futuros e de opções em bolsa é equivalente ao valor de mercado para a reversão de tais posições. As operações realizadas em ambiente de Bolsa têm a necessidade da disponibilização de margens iniciais e os ajustes são realizados diariamente, de acordo com a variação do preço referencial. Para os contratos de balcão, a

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais)

Consolidado	Nível 1	Nível 2	Nível 3
2012			
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	373.580	-	-
Estoques	-	1.050.262	-
Operações com bolsa de valores	-	52.527	-
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	-	61.857	-
Passivos			
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	-	24.458	-
2011			
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	439.889	-	-
Estoques	-	353.614	-
Operações com bolsa de valores	-	117.085	-
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	-	207.446	-
Passivos			
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	-	32.236	-
Controladora			
2012			
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	58.723	-	-
Estoques	-	721.530	-
Operações com bolsa de valores	-	672	-
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	-	41.120	-
2011			
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	195.602	-	-
Estoques	-	158.402	-
Passivos			
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	-	31.161	-

24. Compromissos contratuais
Vendas: Considerando que a Companhia opera principalmente no mercado de commodities, as vendas são substancialmente efetuadas ao preço da data da venda. Entretanto, os contratos são na sua maioria realizados no curto prazo. O volume contratado, em 31 de março de 2012, para açúcar é de 4.654 mil toneladas e para o etanol 1.401,8 mil m³. **Compras:** De acordo com o contrato mantido entre a Companhia e sua parte relacionada - Cooperativa, os volumes comprometidos em 31 de março de 2012 e 2011 foram de (açúcar em milhões de toneladas e etanol em bilhões de litros):

	2012	2011
Compra		
Açúcar Branco	1.965	2.022
Açúcar Bruto	3.606	3.797
Total	5.571	5.819
Etanol Anidro	1.959	1.942
Etanol Hidratado	2.046	2.618
Total	4.005	4.560

Logística: A Companhia tem parcerias estratégicas para prestação de serviços de transporte ferroviário com os seguintes fornecedores: **América Latina Logística - ALL** - Prestação de serviços de transporte de açúcar em vagões pela malha ferroviária da ALL até o terminal do Porto de Santos (SP), com vencimento para o exercício de 2028. **América Latina Logística - ALL** - Transporte de etanol pela malha ferroviária da ALL com destino indicado pela Copersucar. O vencimento desse contrato segue as concessões ferroviárias da ALL. **Ferrovia Centro Atlântica - FCA** - Transporte de açúcar do terminal de Ribeirão Preto (SP) para o terminal do Porto de Santos (SP), com vencimento no exercício de 2026. **Ferrovia Centro Atlântica - FCA** - Transporte de açúcar do terminal de Serrana (SP) ao terminal do Porto de Santos (SP), com vencimento no exercício de 2012.

25. Partes relacionadas

Controladora e parte controladora final: As partes controladoras finais da Companhia são os grupos conforme a seguir:

Acionistas - Grupo	Quantidade de ações ordinárias	% Participação
Virgolino Oliveira	41.604.470	10,362229
Zilor	41.534.475	10,372449
Pedra	37.626.550	9,371468
Clealco	25.196.485	6,275570
Cocal	23.509.600	5,855425
Batatais	22.744.390	5,664838
Aralco	21.946.405	5,466088
Viralcool	21.618.675	5,384462
Ipiranga	19.184.175	4,778112
Santa Adélia	19.044.340	4,743284
Balbo	14.134.870	3,520505
São J. da Estiva	12.900.650	3,213104
São Manoel	12.286.185	3,060352
Melhoramentos	11.240.895	2,799717
Ferrari	9.624.830	2,397211
Pitangueiras	9.490.040	2,363640
Furlan	9.413.915	2,344679
São Luiz	8.786.990	2,188534
Umoe Bioenergy	8.036.900	2,001713
Uberaba	6.580.650	1,639011
Pioneiros	6.480.850	1,614155
Cerradão	4.995.445	1,244192
Santa Lúcia	4.718.260	1,175155
Santa Maria	4.212.970	1,049352
Cacú	2.664.625	0,663666
Decal - Rio Verde	1.822.360	0,453887
Outros	51.150	0,012739
	401.501.150	100,000000

Remuneração de pessoal-chave da Administração: O pessoal-chave da Companhia é composto pelo presidente do Conselho de Administração, pelo presidente Executivo e pelos diretores das áreas: Comercial, Logística e Administrativo-Financeira. Para o exercício findo em 31 de março de 2012, a remuneração do pessoal-chave da administração, totalizou R\$ 22.528 (R\$ 25.057 para o exercício findo em 31 de março de 2011), e inclui salários, remuneração de curto e longo prazo, benefícios de curto e longo prazo e pós emprego. A remuneração do pessoal-chave da Administração compreende:

	Consolidado	Controladora
	2012	2011
Benefícios de empregados de curto prazo	6.720	5.879
Benefícios de pós-emprego	756	718
Benefícios de rescisão de contrato (a)	-	23
Remuneração Variável Curto Prazo (b)	6.040	5.743
Remuneração Variável Longo Prazo (c)	9.012	12.694
	22.528	25.057

(a) Pagamento de prêmio de seguro de vida, para os funcionários admitidos até novembro de 2005 e que se desligaram da Companhia e se aposentaram. (b) Provisão da remuneração variável de curto prazo; (c) Parte do montante destacado como benefício de longo prazo trata-se de um bônus concedido ao pessoal-chave e está vinculado ao valor da Companhia baseado na perpetuidade do EBITDA. Esses valores estão provisionados e serão pagos, caso esses a meta seja atingida ao final de três anos. **Outras transações com partes relacionadas:**

Nota	Consolidado	Controladora
	2012	2011
Ativo circulante		
Contas a Receber		
Arrepar Participações S.A.	-	7
Cooperativa	48.311	229.360
Copersucar Trading A.V.V.	-	15.659
	48.311	229.367
Dividendos		
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	-	1.668
Copersucar Armazéns Gerais S.A.	-	50.259
Sugar Express Transportes S.A.	-	141
Produbar Participações S.A.	-	21.074
	-	52.068
Adiantamento a fornecedores		
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	-	14
Cooperativa	-	-
	-	14
Ativo não circulante		
Mútuos		
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	-	12.260
Copersucar Armazéns Gerais S.A.	-	10.298
Produbar Participações S.A.	1.099	1.099
Sugar Express Transportes S.A.	-	1.589
	1.099	25.246

	Consolidado	Controladora
	2012	2011
Passivo circulante		
Fornecedores		
Cooperativa	108.397	261.455
Copersucar Trading A.V.V.	-	49.183
	108.397	261.455
Adiantamento de recursos		
Cooperativa	-	249
Arrepar Participações S.A.	-	90
Copersucar Trading A.V.V.	-	399.957
	-	399.957
Dividendos		
Dividendos a pagar	25.638	25.638

Valor da transação do período	Consolidado	Controladora
	2012	2011
Venda de Produtos		
Cooperativa	43.813	-
Copersucar Trading A.V.V.	-	183.090
	43.813	183.090
Venda de Serviços		
Arrepar Participações S.A.	-	299
Cooperativa	47.182	28.041
Aluguel - Copersucar Armazéns Gerais S.A.	-	670
	47.182	28.340

	Consolidado	Controladora
	2012	2011
Aquisição de Produtos		
Arrepar Participações S.A.	-	(19.200)
Cooperativa	(7.369.604)	(4.630.168)
Copersucar Trading A.V.V.	-	(116.444)
	(7.369.604)	(4.649.368)
Aquisição de Serviços		
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais S.A.	-	(2.397)
Copersucar Armazéns Gerais S.A.	-	(1.733)
	-	(4.130)

	Consolidado	Controladora
	2012	2011
Financeiro - Juros		
Produbar Participações S.A.	83	83
Copersucar Armazéns Gerais S.A.	-	469
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	-	98
Sugar Express Transportes S.A.	-	192
	83	842

Operações com partes relacionadas são transações realizadas entre a Controladora e suas subsidiárias diretas e indiretas ou demais partes relacionadas (Cooperativa, Arrepar Participações S.A. e Produbar Participações S.A.) e referem-se basicamente a: **Venda/Aquisição de bens e serviços** - Operações de compras e vendas de produtos (açúcar e etanol) e serviços portuários, comercializados conforme contrato firmado entre as partes, em condições semelhantes àquelas realizadas com terceiros, considerando-se os volumes, riscos envolvidos e políticas corporativas. **Valores ativos** - (a) Adiantamentos efetuados para aquisição de produtos e serviços; (b) Contratos de mútuos com subsidiárias ou acionistas diretos ou indiretos com taxa de juros praticadas pela Companhia semelhantes às captações destes recursos; (c) Aluguel de propriedades e (d) Dividendos a receber de controladas diretas. **Valores passivos** - (a) Adiantamentos recebidos para fornecimento de produtos e serviços e (b) Contratos de mútuos com subsidiárias ou acionistas diretos ou indiretos com taxa de juros praticadas pela Companhia semelhantes às captações destes recursos. **Contrato de fornecimento com a Cooperativa:** A Companhia possui contrato de exclusividade, assegurando direta ou indiretamente, benefícios e vantagens financeiras e mercadológicas para aquisição de açúcar e etanol junto à Cooperativa, pelo prazo de dois anos e seis meses, sendo renovado a cada exercício/safra. As quantidades a serem entregues são firmadas mensalmente para um volume que contempla um cenário de seis meses subsequentes, de forma que a partir desse momento a Cooperativa passa a ter responsabilidade pela entrega ou mesmo pelas eventuais quantidades não entregues, se excedido o limite de quebra contratado. A garantia de fornecimento dos produtos está vinculada à manutenção do contrato junto à Cooperativa. O contrato garante, ainda, acesso a determinadas instalações essenciais para a condução dos negócios da Companhia, tais como aquelas destinadas ao armazenamento de etanol e açúcar provenientes da Cooperativa e das usinas associadas. Os preços praticados nesse contrato estão relacionados ao índice CEPEA/ESALQ mais prêmio de 2%. Os faturamentos e pagamentos relativos aos produtos adquiridos ocorrem por meio do índice CEPEA/ESALQ mais prêmio de 2% estimado do próprio mês e no fechamento do exercício/safra é efetuada a liquidação financeira das diferenças apuradas entre esses faturamentos e o índice efetivo do CEPEA/ESALQ mais prêmio de 2%. Os valores dos ajustes apurados no exercício/safra foram registrados no custo das mercadorias vendidas. O contrato possui como intervenientes garantidores das operações de venda de açúcar e etanol as usinas associadas à Cooperativa. **Garantias ou avais e fianças recebidas de partes relacionadas:** Os empréstimos e financiamentos abaixo são avaliados pela parte relacionada Cooperativa:

Tomadora	Modalidade de financiamento	Banco	Vencimento	Valor
Copersucar S.A.	NCE (em US\$)	Itaú	27-10-2015	108.763
Copersucar S.A.	NCE (em US\$)	Deutsche	14-03-2013	72.980
Copersucar S.A.	NCE (em US\$)	Deutsche	01-08-2013	65.929
Copersucar S.A.	NCE (em US\$)	Rabobank	09-03-2014	63.827
Copersucar S.A.	NCE (em US\$)	Citibank	26-06-2014	136.801
Copersucar S.A.	Resolução 4131 (em US\$)	Merrill Lynch	23-09-2013	109.378
Copersucar S.A.	Resolução 4131 (em US\$)	Brasil	29-11-2013	270.447
Copersucar Trading AVV	Pré-pagamento de exportação	Standard Chartered	16-05-2016	94.327
Copersucar Trading AVV	Pré-pagamento de exportação	Rabobank	17-03-2014	182.469
Copersucar Trading AVV	Pré-pagamento de exportação	Brasil	01-03-2017	273.450
Copersucar Trading AVV	Pré-pagamento de exportação	Standard Chartered	26-02-2015	91.292
Copersucar Trading AVV	WCP	Sumitomo	06-08-2012	82.042
Copersucar Trading AVV	WCP	Bradesco	04-05-2012	91.267
Copersucar Trading AVV	WCP	Santander	25-04-2012	63.791
Copersucar S.A.	NCE	Safra	05-02-2013	147.167
Copersucar S.A.	NCE	Brasil	17-03-2014	120.182
Cia. Auxiliar	FINAME	Bradesco	15-12-2016	2.580
Cia. Auxiliar	FINAME	Brasil	15-12-2016	2.578
				1.378.270

(a) Empréstimos e financiamentos avaliados e garantidos também por estoque pela parte relacionada. (b) Empréstimos e financiamentos avaliados e garantidos por ativo imobilizado. **Garantias ou avais e fianças concedidas a partes relacionadas:** A Companhia garante os seguintes empréstimos e financiamentos para sua parte relacionada Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo:

Tomadora	Modalidade de financiamento	Banco	Vencimento	Valor
Cooperativa	ACC	Bradesco	2012	22.935
Cooperativa	ACC	Citibank	2012	26.767
Cooperativa	ACC	Bradesco	2012	47.387
Cooperativa	ACC	Merrill Lynch	2013	23.887
Cooperativa	ACC	Credit Agricole	2013	23.910
Cooperativa	ACC	Merrill Lynch	2012	46.739
Cooperativa	PROCER	Banco do Brasil	2012	172.575
Cooperativa	PROCER	ABC	2012	8.370
Cooperativa	PROCER	ABC	2012	8.370
Cooperativa	PROCER	ABC	2012	7.722
Cooperativa	Warrantagem	Banco do Brasil	2012	183.385
Cooperativa	Warrantagem	Banco do Brasil	2012	86.970
Cooperativa	Nota de Crédito Exportação	Banco do Brasil	2012	94.213
Cooperativa	Nota de Crédito Exportação	Banco do Brasil	2012	32.980
Cooperativa	Nota de Crédito Exportação	Banco do Brasil	2012	33.584
Cooperativa	Nota de Crédito Exportação	Banco do Brasil	2012	15.074
Cooperativa	Nota de Crédito Exportação	Banco do Brasil	2012	47.715
				882.583

(a) Empréstimos e financiamentos avaliados e garantidos também por estoque pela parte relacionada.

26. Patrimônio líquido
O capital social integralizado da Companhia é de R\$ 80.300.230 (oitenta milhões, trezentos mil e duzentos e trinta reais) em 31 de março de 2012 e 2011, representado por 401.501.150 (quatrocentos e um milhões, quinhentos e um mil e cento e cinquenta) ações ordinárias em 31 de março de 2012 e 80.300.230 (oitenta milhões, trezentos mil e duzentos e trinta) ações ordinárias em 2011, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações ordinárias, incluindo as ações já emitidas. **Reserva de lucros: Reserva legal** - É constituída à razão de 5% do lucro líquido ajustado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **Reserva de retenção de lucros** - Os lucros acumulados apurados até 31 de março de 2012 foram reclassificados no patrimônio líquido de lucros acumulados para reservas de lucros, e que está a disposição dos acionistas. **Ajustes de avaliação patrimonial** - A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data da transição. Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, por meio da depreciação dos ativos a que elas se referem.

27. Lucro líquido por ação
De acordo com o IAS 33/CPC 31 - "Lucro por ação", a tabela abaixo reconcilia o lucro líquido do exercício do Consolidado e da Controladora com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico e diluído:

Consolidado	Controladora
2012	2011
102.552	355.486
401.501	80.300
0,26	4,43

28. Receita operacional

Consolidado	Controladora
2012	2011
6.296.063	4.472.033
4.598.082	3.721.766
249.924	32.222
82.767	49.323
11.226.836	8.275.344

Lucro líquido do período atribuível aos acionistas da Companhia (a)
Média ponderada de ações em circulação (b)
Lucro básico e diluído por ação ordinária (a)/(b)

Consolidado	Controladora
2012	2011
11.513.485	8.822.280
(525.191)	(569.693)
(10.853)	(7.479)
(529)	(1.986)
10.976.912	8.243.122
249.924	32.222
11.226.836	8.275.344

29. Outras receitas

Consolidado	Controladora
2012	2011
3.977	3.059
589	-
155	-
761	1.882
5.482	4.941

30. Outras despesas

Consolidado	Controladora
2012	2011
(905)	(40.353)
(6.217)	(3



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais)

A Companhia também submeteu esse benefício a uma avaliação atuarial e não efetuou nenhum ajuste, pois os valores não foram considerados relevantes. **Premissas utilizadas para os cálculos: Premissas financeiras e econômicas:**

	2012	2011
Fator de capacidade de benefícios	100%	100%
Taxa esperada de inflação de longo prazo	5,90%	4,50%
Taxa nominal de desconto atuarial	11,30%	10,77%
Taxa nominal de retorno esperado dos ativos no longo prazo	0,00%	0,00%
Taxa nominal de crescimento dos custos do plano	8,02	6,59%

Premissas Biométricas

Tábua de mortalidade geral

⁽¹⁾ Estimativa de aumento de contribuições subsidiadas pelos atuais participantes ativos do Plano.

Sumário dos dados cadastrais dos participantes:

Assistidos em gozo de benefício

	2012	2011
Frequência	2	2
Idade média	66	65
Expectativa de sobrevivência	19,2	18,1
Benefício médio mensal	139,77	199,20

⁽¹⁾ Refere-se ao benefício de pagamento de prêmios de seguro de vida, conforme contrato firmado com seguradora, atualmente mantido com taxa de 0,00863 sobre a remuneração mensal do participante assistido. **Outros benefícios de longo prazo:** Com base em seu programa de benefícios, a Companhia provisionou, até o exercício findo em 31 de março de 2012, a quantia de R\$ 30.900 referente a um bônus estabelecido para um período de três anos, sendo 50% com vencimento no prazo de um ano, para os seguintes profissionais:

	2012	2011
Pessoal-chave	24.720	12.694
Outros executivos	6.180	9.194
	<u>30.900</u>	<u>21.888</u>

35. Arrendamentos mercantis operacionais

Arrendamentos como arrendatário: Os arrendamentos operacionais não canceláveis serão pagos da seguinte forma:

	Consolidado		Controladora	
	2012	2011	2012	2011
Até um ano	9.141	6.721	4.205	4.074
Acima de um ano - Até cinco anos	38.840	31.984	18.697	19.826
Mais de cinco anos	125.050	5.451	-	5.451
Total	<u>173.031</u>	<u>44.156</u>	<u>22.902</u>	<u>29.351</u>

A Companhia reconheceu os seguintes valores como despesa com operações de arrendamento mercantil operacional:

	2012	2011
Despesa com arrendamento mercantil operacional	8.239	6.136

A Companhia é arrendatária de uma área localizada no Porto de Santos de aproximadamente 50.392 metros quadrados, onde suas instalações estão edificadas. O prazo de vigência do contrato é de 20 anos, a partir de 07 de março de 1996 e em 27 de junho de 2011 foi renovado para mais 20 anos a partir de 07 de março de 2016. As principais cláusulas restritivas do contrato de arrendamento mercantil são: • Desvio do objeto contratual pelo arrendatário; • Dissolução do arrendatário; • Subarrendamento; • Transferência do arrendamento, sem prévia autorização pela CODESP; • Cessação de mais de 3 (três) pagamentos mensais pelo arrendatário; • Interrupção da execução do contrato sem causa justificada; • Operações portuárias realizadas com infringência das normas legais e regulamentos aplicáveis; • Descumprimentos de decisões judiciais. Todas as cláusulas restritivas do contrato de arrendamento operacional vêm sendo plenamente atendidas pela Companhia. A Companhia também é arrendatária de uma área localizada em município e comarca de Guarujá-SP de aproximadamente 47.333 m². O prazo de vigência do contrato é de 5 anos, iniciando-se em 01 de março de 2011, podendo ser renovado por igual período. **Arrendamentos como arrendador:** A Controladora arrenda sua propriedade para investimento mantida sob arrendamento operacional (ver nota explicativa 16) para uma parte relacionada, a Copersucar Armazéns Gerais. Os pagamentos mínimos futuros sob arrendamentos não canceláveis são os seguintes:

	2012	2011
Até um ano	670	668
Durante o exercício findo em 31 de março de 2012, o montante de R\$ 670 foi reconhecido como receita de aluguel no resultado da Controladora.		

	2012	2011
Receita com arrendamento mercantil operacional	670	555

Receita com arrendamento mercantil operacional

36. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

37. Demonstrações do Valor Adicionado - DVA

Conforme requerimento do BRGAAP aplicável às Companhias abertas e como informação adicional para fins de IFRS, a Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado consolidadas e individuais. Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela da Companhia na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pela Companhia quanto o recebido de outras entidades, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros referido valor adicionado representa a riqueza criada pela Companhia, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferido a entidade.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
Luís Roberto Pogetti

Conselheiros

Antonio José Zillo
Antonio Eduardo Toniolo
Carlos Dinucci
Carlos Ubiratan Garms
Clésio Antonio Balbo

Geraldo José Carbone
Hermelindo Ruete de Oliveira
José Luciano Duarte Penido
Leopoldo Titoto
Norberto Bellodi

Luís Felipe Schiriak

Soren Hoed Jensen
Maurício de Mauro
Alexandre Mattos Setten

DIRETORIA

Diretor Presidente
Paulo Roberto de Souza

Diretores

Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores
Diretor Comercial
Diretor de Planejamento
Diretor de Logística

CONSELHO FISCAL

Efetivos

Antonio Celso Roxo
José Roberto Capelari
Nilton José Andreotti Filho

Suplentes

Sérgio Roberto Nicoletti
Fernando Ometto Zancaner
Antonio Sérgio Ferreira

Carlos Cavalcante Guimaraes
CRC-TC 1SP 194441/O-2

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal no uso de suas atribuições legais, em reunião realizada nesta data, examinou as Demonstrações Financeiras, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração da Conta de Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa e Notas Explicativas, relativos ao exercício encerrado em 31 de março de 2012. Com base nos exames efetuados, considerando ainda o Parecer dos Auditores da KPMG Auditores Independentes, de 18 de maio de 2012, os Senhores Conselheiros opinaram favoravelmente a respeito dos supracitados documentos, informando que os mesmos se encontram em condições de serem votados e aprovados pelos Srs. Acionistas na próxima Assembléia Geral Ordinária.

São Paulo, 23 de maio de 2012

Antonio Celso Roxo
Conselheiro

José Roberto Capelari
Conselheiro

Nilton José Andreotti Filho
Conselheiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Conselheiros da Copersucar S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Copersucar S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes,

a posição patrimonial e financeira da Copersucar S.A. em 31 de março de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Copersucar S.A. em 31 de março de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Conforme descrito na nota explicativa 3, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Copersucar S.A. essas práticas diferem das IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

As aquisições de açúcar e etanol da Companhia são realizadas substancialmente junto à parte relacionada, de acordo com as condições comerciais descritas na nota explicativa 25. A garantia de fornecimento dos produtos está vinculada à manutenção do contrato com essa parte relacionada. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de março de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ribeirão Preto, 18 de maio de 2012



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

André Luiz Monaretti
Contador - CRC 1SP160909/O-3